

Curso: GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS COM FOCO NA RESOLUÇÃO CMN Nº 4557

Curso: GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS COM FOCO NA RESOLUÇÃO CMN Nº 4557	1
Módulo 1 - Conceitos Gerais, Estrutura e RAS	2
1.1 Introdução à Resolução BCB 4557	2
1.3 RAS (Risk Appetite Statement)	3
1.4 Principais componentes e objetivos da RAS	4
1.4.1 Definições e Contexto	4
1.4.2 Diretrizes e Limites	4
1.4.3 Objetivos	4
Módulo 2: Testes de Estresse	6
2.1 Introdução	6
2.2 Conceito e Importância dos Testes de Estresse	6
2.3 Metodologia e Tipos de Testes de Estresse	7
2.4 Implementação e Análise de Resultados	8
2.5 Estudos de Caso e Exemplos Práticos	8
2.6 Conclusão	8
Módulo 3: Gestão da Continuidade de Negócios	8
3.1 Conceito de continuidade de negócios	8
3.2 Identificação e mitigação de riscos operacionais	9
3.3 Planos de recuperação e resposta a incidentes	9
3.4 Planejamento e estratégias de continuidade	9
3.5 Conclusão	10
Módulo 4: Gerenciamento de Risco de Crédito, Mercado, IRRBB, Operacional, Liquidez, Social, Ambiental e Climático.	11
4.1 Introdução	11
4.2 Risco de Crédito	11
4.2.1 Elementos-chave do gerenciamento do Risco de Crédito	11
4.2.2 Gerenciando o Risco de Crédito	11
4.3 Conceituando o Risco de Mercado e do IRRBB	12
4.3.1 O Risco de Mercado	12
4.3.2 Tipos de Risco de Mercado	12
4.3.3 Gerenciando o Risco de Mercado	12
4.3.4 O IRRBB	13
4.3.5 Por que o IRRBB é importante?	13
4.3.6 Gerenciando o IRRBB	13
4.4 Risco Operacional	13

4.4.1 Tipos de Risco Operacional	13
4.4.2 Gerenciando o Risco Operacional	14
4.5 Risco de Liquidez	14
4.5.1 O que é Risco de Liquidez?	14
4.5.2 Tipos de Risco de Liquidez	14
4.5.3 Gerenciando o Risco de Liquidez	15
4.6 Risco Social, Ambiental e Climático	15
4.6.1 Por que esses riscos são importantes?	15
4.6.2 O que a Resolução CMN 4557 diz sobre esses riscos?	16
4.6.3 Principais pontos:	16
4.6.4 Como as instituições podem gerenciar esses riscos?	16
4.7 Conclusão	16
Módulo 5: Gerenciamento e Governança de Capital	17
5.1 Por que o capital é importante?	17
5.2 O que é a estrutura de gerenciamento de capital?	17
5.3 Governança corporativa e gestão de riscos	17
5.4 Planejamento de Capital	18
5.5 Alocação de Recursos	18
5.6 Benefícios de uma boa gestão de capital:	18
5.7 Conclusão	19
Módulo 6: Segmento S5	19
6.1 O que é o Segmento 5 (S5)?	19
6.2 Características das Instituições S5	19
6.3 Requisitos Específicos para o Gerenciamento de Riscos em Instituições S5	19
6.4 Conclusão	1

Módulo 1 - Conceitos Gerais, Estrutura e RAS

1.1 Introdução à Resolução BCB 4557

Cabe inicialmente esclarecer que a resolução 4557 tem como público alvo todas as instituições financeiras e demais autorizadas a operar pelo banco central, enquadradas nos segmentos de S1 a S4.

Quanto às instituições do segmento S5 vamos detalhar melhor no último módulo do nosso curso.

Imagine guiar um navio em alto-mar. Para chegar ao destino, é preciso conhecer as correntes marítimas, as condições climáticas e ter um mapa detalhado. Da mesma forma, as instituições financeiras precisam navegar em um mar de riscos. Para garantir a segurança e a sustentabilidade, elas precisam de um sistema robusto de gestão de riscos.

A estrutura de gerenciamento de riscos é como um mapa que indica os perigos a serem evitados e os caminhos a serem seguidos para alcançar os objetivos.

1.2 Definição e Conceito de Riscos

Em termos simples, gerenciar riscos é identificar, medir, avaliar e controlar os possíveis prejuízos que uma instituição financeira pode sofrer. Já o gerenciamento de capital é garantir que a instituição tenha recursos suficientes para enfrentar esses riscos.

Um bom gerenciamento de riscos e capital é fundamental para a saúde financeira da instituição, a proteção dos clientes e a estabilidade do sistema financeiro como um todo.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital tem como premissas ser:

- contínua, ou seja, ela está em constante revisão e atualização, para atender as mudanças que possam ocorrer nas sua estrutura operacional, de forma macroeconômica e nos mercados de atuação;
- é integrada, sendo responsabilidade de toda a instituição em conjunto, e unificada para todos integrantes do conglomerado;
- e para isso, deve ter suas informações amplamente divulgadas a todos. A transparência é fundamental no mercado financeiro. A política de divulgação obriga as instituições a informar ao público sobre como gerenciam seus riscos e seu capital, aumentando a confiança dos investidores e dos reguladores.
- deve ser estruturada de forma a ser compatível com a instituição, seu tamanho, mercado e objetivos.

Em resumo, a estrutura de gerenciamento de riscos e capital é um conjunto de ferramentas e processos que permitem às instituições financeiras navegar em um ambiente complexo e incerto.

1.3 RAS (Risk Appetite Statement)

Lembra do nosso barco navegando? O Capitão tem que tomar várias decisões, mas como saber qual o rumo tomar? Que riscos podem ser tomados e quais não são aceitos? Entro naquela tempestade ou mudo o caminho?

Para isso, as instituições devem efetuar a Declaração de apetite de risco ou risk appetite statement - RAS.

Nela temos que documentar os níveis de riscos que a instituição está disposta a assumir, a capacidade de a instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; os objetivos

estratégicos da instituição; e as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua.

Ela é o manifesto que vai nortear todas decisões.

1.4 Principais componentes e objetivos da RAS

1.4.1 Definições e Contexto

Apetite por Risco: Nível de risco que a organização está disposta a aceitar para alcançar seus objetivos estratégicos.

Capacidade de Risco: Nível máximo de risco que a organização pode assumir sem comprometer sua viabilidade.

Tolerância ao Risco: Limites específicos dentro dos quais os riscos devem ser mantidos.

Comitê de Governança, Riscos e Controle: Órgão colegiado responsável pela supervisão do sistema de governança de riscos.

1.4.2 Diretrizes e Limites

Diretrizes Gerais: Orientações sobre como gerenciar os riscos para minimizar impactos adversos.

Níveis de Apetite a Risco: Definição dos níveis aceitáveis de risco para diferentes áreas e atividades.

1.4.3 Objetivos

A RAS tem por objetivo garantir que os riscos assumidos estejam alinhados com os objetivos estratégicos da organização, através do fornecimento de uma base para decisões de gestão de riscos, reduzindo a incerteza e o “achismo”.

Outro ponto relevante é que ela é essencial para estabelecer processos para monitorar e controlar os riscos, garantindo que permaneçam dentro dos limites aceitáveis.

Por fim, auxilia na promoção da transparência na gestão de riscos e definição de responsabilidades claras para a mitigação e controle dos riscos.

1.5 Estruturação de gestão de riscos nas Instituições Financeiras

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital se baseia nos seguintes pilares:

- **Identificação dos riscos:** Quais são os riscos a que a instituição está exposta? (ex: crédito, mercado, operacional)
- **Mensuração e avaliação:** Qual a probabilidade e o impacto de cada risco? Assim poderemos ter uma ideia do quanto estamos exposto e em quem trabalhar primeiro.
- **Monitoramento e reporte:** Como acompanhar esses riscos e comunicar quem precisa saber como eles estão?

- **Controle e mitigação:** Se entendermos necessário, como podemos controlar os riscos e mitigar seus impactos?

A resolução delinea de forma exaustiva os diversos tipos de riscos que as instituições financeiras devem identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar. Essa abordagem abrangente demonstra a importância que o Banco Central atribui à gestão de riscos, visando garantir a solidez do sistema financeiro e proteger os interesses dos clientes.

Os principais tipos de riscos mencionados são:

- **Crédito:** Relacionado à inadimplência dos devedores;
- **Mercado:** Decorrente de flutuações nos preços de ativos financeiros;
- **Juros:** Associado à variação das taxas de juros e seu impacto nos instrumentos da carteira bancária;
- **Operacional:** Decorrente de falhas nos processos internos, sistemas e pessoas;
- **Liquidez:** Relacionado à capacidade da instituição de honrar seus compromissos financeiros;
- **Social:** Relacionado aos riscos decorrentes de questões sociais, como desigualdade, discriminação e inclusão financeira;
- **Ambiental:** Abrange os riscos associados a eventos climáticos extremos, mudanças climáticas e degradação ambiental; e
- **Climático:** Relacionado aos riscos financeiros decorrentes das mudanças climáticas.

A estrutura de gerenciamento de riscos deve estabelecer um conjunto de **políticas, processos e controles** que visam garantir a efetividade da gestão de riscos, contendo:

- **Políticas e Estratégias Claras:** A instituição deve ter políticas e estratégias bem definidas para gerenciar os riscos, incluindo limites e procedimentos para manter a exposição aos riscos dentro dos níveis estabelecidos na RAS.
- **Rastreamento e reporte:** É essencial um sistema eficaz de rastreamento e reporte de qualquer desvio das políticas e limites estabelecidos. Além disso, são exigidos relatórios gerenciais periódicos para informar a alta gestão sobre a exposição aos riscos e a efetividade das medidas de mitigação.
- **Sistemas e Rotinas:** A instituição deve contar com sistemas, rotinas e procedimentos específicos para a gestão de riscos, incluindo avaliação periódica da sua adequação.
- **Controles:** A identificação e gestão de riscos associados a novos produtos, serviços, mudanças significativas nos processos e outras alterações são cruciais.
- **Papeis:** As responsabilidades de cada indivíduo ou área envolvida no processo de gestão de riscos devem estar claramente definidas.
- **Testes de Estresse:** A realização de testes de estresse é obrigatória para avaliar a capacidade da instituição de resistir a eventos adversos.
- **Gestão da Continuidade de Negócios:** A instituição deve ter um plano de continuidade de negócios para garantir a operacionalidade em situações de crise.

Na prática, a instituição deve ter uma estrutura organizacional que suporte a gestão de riscos, com áreas e profissionais dedicados a essa função.

A utilização de sistemas de informação robustos é essencial para coletar, analisar e reportar dados sobre os riscos.

É fundamental investir na capacitação dos colaboradores para que compreendam a importância da gestão de riscos e suas responsabilidades e a cultura da instituição deve valorizar a gestão de riscos e incentivar a tomada de decisões baseadas em dados e análises.

A gestão de riscos é um processo complexo que envolve diversos fatores e exige uma visão integrada da organização.

As normas e regulamentações relacionadas à gestão de riscos estão em constante evolução, exigindo das instituições uma adaptação contínua.

A identificação e quantificação de alguns riscos, como os climáticos e sociais, podem ser desafiadoras devido à sua natureza incerta.

Em resumo, a norma estabelece um marco regulatório robusto para a gestão de riscos nas instituições financeiras, visando garantir a sua solidez e a proteção dos interesses dos clientes. A implementação efetiva dessa estrutura exige um esforço conjunto de todos os níveis da organização e a utilização de ferramentas e metodologias adequadas.

Módulo 2: Testes de Estresse

2.1 Introdução

Os testes de estresse são um processo fundamental para a gestão de riscos nas instituições financeiras. A Resolução CMN 4557 estabeleceu um marco regulatório importante para a implementação desses testes, e compreender sua importância, metodologia e aplicação é crucial para garantir a saúde e a resiliência não só das instituições, mas de todo o sistema financeiro.

2.2 Conceito e Importância dos Testes de Estresse

Podemos defini-los como simulações rigorosas que visam avaliar a capacidade de uma instituição financeira de resistir a eventos adversos, ou seja, a choques econômicos, financeiros ou operacionais de grande magnitude. Esses eventos podem ser históricos, como a crise de 2008 ou a pandemia da COVID, ou hipotéticos, mas sempre baseados em cenários plausíveis e com alto impacto potencial.

A importância dos testes de estresse é inegável. Eles servem como um radar que permite identificar fragilidades e vulnerabilidades na estrutura de gerenciamento de riscos das instituições. Ao antecipar os impactos de eventos adversos, os testes de estresse possibilitam que as instituições testem seus controles, adotem medidas preventivas e ajustem a RAS.

2.3 Metodologia e Tipos de Testes de Estresse

A condução dos testes de estresse envolve a definição de cenários de estresse, a simulação de seus impactos e a análise dos resultados.

A resolução 4557 do Banco Central estabelece alguns requisitos mínimos. O primeiro dele é que deve abranger os riscos relevantes citados na resolução, como:

- **Risco de mercado e IRRBB:** Avaliam o impacto de grandes oscilações nos preços de ativos, taxas de juros e taxas de câmbio;
- **Risco de crédito:** Simulam um aumento significativo nas taxas de inadimplência e perdas por crédito;
- **Risco de liquidez:** Verificam a capacidade da instituição de honrar seus compromissos financeiros em um cenário de dificuldade em acessar fontes de financiamento;
- **Risco de capital:** Avaliam a suficiência do capital da instituição para absorver perdas em um cenário adverso;
- **Risco operacional:** Verificam a eficácia dos controles operacionais e a resiliência da instituição em diversos incidentes; e
- **Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos:** Avaliam a capacidade da instituição na prevenção e reação aos impactos que destes riscos.

Importante avaliar se existe alguma concentração específica em algum risco em especial, o que pode ser um alerta importante na definição dos objetivos da instituição.

As principais metodologias de teste de estresse são:

- **análise de sensibilidade:** metodologia de teste de estresse que permite avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio ;
- **análise de cenários:** metodologia de teste de estresse que permite avaliar, ao longo de um período determinado, o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio; e
- **teste de estresse reverso:** metodologia de teste de estresse que permite a identificação dos eventos e circunstâncias adversos associados a níveis predefinidos de resultado, capital ou liquidez, incluindo os que configurem a inviabilidade da instituição .

Os testes devem ser claramente documentados, detalhando a sua governança e processos, sua finalidade, a frequência que serão efetuados e a metodologia a ser utilizada em cada teste.

2.4 Implementação e Análise de Resultados

A implementação dos testes de estresse exige uma forte estrutura de dados, modelos robustos e uma equipe multidisciplinar. A análise dos resultados deve ser minuciosa, considerando tanto os impactos quantitativos quanto os qualitativos. É fundamental identificar as principais fontes de risco, as áreas mais vulneráveis e as medidas de mitigação mais adequadas.

Os resultados dos testes de estresse devem ser formalizados em relatórios e ficar à disposição dos órgãos reguladores. Essa comunicação transparente é essencial para fortalecer a confiança na instituição e para garantir a tomada de decisões estratégicas.

Estes resultados devem ser utilizados para identificação, mensuração, avaliação e monitoramento dos controles, auxiliando na adequação da avaliação periódica do modelo de gerenciamento de riscos e na revisão da RAS, das políticas e decisões da instituição.

2.5 Estudos de Caso e Exemplos Práticos

Para ilustrar a aplicação prática dos testes de estresse, podemos pensar em alguns cenários e seus resultados que podemos utilizar para exercitar os impactos de crises como:

- **Crise de 2008:** Como os testes de estresse (ou a ausência deles) contribuíram para o agravamento da crise;
- **Pandemia de COVID-19:** O papel dos testes de estresse na avaliação dos impactos da pandemia no sistema financeiro; e
- **Cenários de mudança climática:** A importância de incorporar riscos climáticos nos testes de estresse.

2.6 Conclusão

Em resumo, os testes de estresse são uma ferramenta indispensável para a gestão de riscos nas instituições financeiras. Ao simular eventos adversos e avaliar sua capacidade de resistência, os testes de estresse contribuem para a estabilidade do sistema financeiro e para a proteção dos interesses dos clientes e investidores. A Resolução CMN 4557 estabeleceu um marco importante para a implementação dos testes de estresse no Brasil, e é fundamental que as instituições financeiras continuem aprimorando suas metodologias e práticas nessa área.

Módulo 3: Gestão da Continuidade de Negócios

3.1 Conceito de continuidade de negócios

Continuidade de negócios é um processo estratégico que visa garantir a operação contínua de uma empresa, mesmo diante de eventos inesperados e interrupções que possam afetar suas atividades. Em outras palavras, é um plano de ação detalhado que permite que uma organização se recupere e volte a funcionar normalmente em um tempo mínimo após uma crise.

A implementação de um plano estruturado de gestão da continuidade de negócios, ou PCN, é essencial para:

- **Minimização de perdas:** Reduz as perdas financeiras, de reputação e de clientes causadas por interrupções nas operações.
- **Agilidade na recuperação:** Permite que a empresa se recupere mais rapidamente e retorne às suas atividades normais.
- **Cumprimento de requisitos legais:** A resolução de gerenciamento de riscos do Banco Central exige a implementação da continuidade de negócios para as instituições financeiras e reguladas.
- **Melhora da resiliência:** Torna a empresa mais resiliente e capaz de enfrentar desafios futuros.

3.2 Identificação e mitigação de riscos operacionais

O artigo 20 da resolução é bastante completo e nos orienta em diversos pontos. Em primeiro lugar, ele nos obriga a realizar uma **análise de impacto nos negócios**. Isso significa que precisamos identificar quais são os processos mais importantes para a nossa empresa, aqueles que, se não interrompidos, causarão maiores prejuízos.

Para isso podemos utilizar uma matriz de probabilidade cruzada com impacto. Uma vez identificados esses processos críticos, devemos avaliar os possíveis desdobramentos de uma interrupção, como perda de clientes, danos à reputação e prejuízos financeiros.

Essa identificação é conhecida como BIA (Business Impact Analysis) e é um dos itens de documentação do nosso plano.

Exemplos de eventos que podem interromper as operações de uma empresa:

- **Desastres naturais:** Terremotos, enchentes, incêndios;
- **Incidentes de segurança:** Ataques cibernéticos, vandalismo;
- **Falhas de sistemas:** Falhas em sistemas de TI, interrupção da energia elétrica;
- **Crises econômicas:** Quebras de mercado, inflação;
- **Pandemias:** Surgimento de novas doenças.

3.3 Planos de recuperação e resposta a incidentes

Com essa análise em mãos, podemos definir **estratégias para garantir a continuidade das nossas atividades**. Essas estratégias podem incluir a criação de backups de dados, a contratação de um serviço de nuvem, a implementação de um plano de recuperação de desastres ou a criação de um sistema de trabalho remoto. A este documento chamamos de PRD (Plano de Recuperação de Desastres).

3.4 Planejamento e estratégias de continuidade

O próximo passo é a elaboração de **planos de continuidade operacional (PCO)**. Esses planos devem detalhar os procedimentos que serão adotados em caso de interrupção dos processos críticos, como a ativação de um site de contingência, a comunicação com os clientes e a reativação dos sistemas. É importante definir prazos para a recuperação das atividades, para que a empresa possa voltar a operar o mais rápido possível.

Mas não basta criar um plano e guardá-lo em uma gaveta. É fundamental realizar **testes e revisões periódicas** para garantir que o plano esteja atualizado e seja eficaz. Esses testes podem simular diferentes tipos de incidentes, como um incêndio, um ataque hacker ou uma pane elétrica.

É importante ressaltar que a continuidade de negócios não se limita aos processos internos da empresa. O artigo 20 também determina considerar os **serviços prestados por terceiros**. Se um fornecedor importante para a nossa operação sofrer uma interrupção, isso pode impactar diretamente a nossa empresa. Por isso, é fundamental estabelecer um plano de contingência para esses casos de maior relevância, além de verificarmos no nosso processo

de contratação quais são os planos de continuidade do próprio fornecedor ou prestador de serviço.

Por fim, a norma determina que os **relatórios gerenciais** devem incluir os resultados dos testes e das revisões dos planos de continuidade de negócios. Isso demonstra a importância que a alta gestão dá a essa questão e garante a transparência do processo.

Todo esse processo deve ser também documentado em uma política, que irá nortear as atividades.

3.5 Conclusão

Em resumo, a resolução demonstra a importância de ter um planejamento estratégico para garantir a sobrevivência da empresa em caso de crises. Ao seguir essas orientações, podemos minimizar os impactos de eventos inesperados, proteger a reputação da empresa e garantir a satisfação dos nossos clientes.

Revisando quais os elementos-chave de um plano de continuidade de negócios:

- **Análise de riscos:** Identificação e avaliação dos riscos que podem afetar a empresa.
- **Definição de processos críticos:** Identificação dos processos mais importantes para o funcionamento da empresa.
- **Planos de recuperação:** Desenvolvimento de planos detalhados para cada tipo de interrupção.
- **Testes e simulações:** Realização de testes e simulações para garantir a eficácia do plano.
- **Comunicação:** Estabelecimento de um plano de comunicação para informar os colaboradores, clientes e outras partes interessadas.

Módulo 4: Gerenciamento de Risco de Crédito, Mercado, IRRBB, Operacional, Liquidez, Social, Ambiental e Climático.

4.1 Introdução

A Resolução CMN 4.557, traz um conjunto de regras e diretrizes para que as instituições financeiras possam gerenciar os principais tipos de riscos a que estão suscetíveis. Vamos juntos entender os principais conceitos e como eles se aplicam no dia a dia das instituições.

4.2 Risco de Crédito

O risco de crédito, em resumo, é a possibilidade de uma instituição financeira sofrer perdas financeiras devido ao não cumprimento de obrigações por parte de seus clientes, contrapartes, desvalorizações e custos de recuperação. Ou seja, é o risco de não receber o dinheiro que foi emprestado.

4.2.1 Elementos-chave do gerenciamento do Risco de Crédito

- **Contrapartes:** São os clientes, os tomadores de empréstimo, garantidores, os emissores de títulos, entre outros. A resolução detalha quem se enquadra nessa categoria de forma detalhada;
- **Reestruturação de dívidas:** Quando um cliente tem dificuldades financeiras, a instituição pode renegociar a dívida, concedendo condições mais vantajosas. Esse processo é chamado de reestruturação e também gera um risco de crédito, já que essa renegociação provavelmente veio de uma deterioração da qualidade creditícia;
- **Ativos problemáticos:** São aqueles créditos que apresentam um alto risco de inadimplência, ou seja, de não serem pagos. A resolução define critérios claros para identificar esses ativos.
- **Risco de concentração:** Imagine que um banco concentra seus empréstimos em um único setor da economia, mesma contraparte ou ativo financeiro específico. Se esse setor entrar em crise, o banco estará exposto a um risco maior. Esse é o risco de concentração.

Importante salientar que as contrapartes conectadas são consideradas como uma única contraparte, sendo que assim compartilham o mesmo risco de crédito. Para consideração de conexão, podemos levar em consideração a relação de controle, através de capital votante, acordo de voto, poder de eleição de administradores e outros requisitos.

4.2.2 Gerenciando o Risco de Crédito

As instituições financeiras possuem diversas ferramentas para gerenciar o risco de crédito. Algumas das principais são:

- **Classificação das exposições:** Cada crédito é classificado de acordo com seu risco de inadimplência, permitindo que a instituição adote medidas de controle específicas para cada caso;
- **Estimativa de perdas esperadas:** As instituições precisam estimar quanto dinheiro podem perder com os créditos inadimplentes. Essa estimativa é fundamental para provisionar os recursos necessários;
- **Limites de exposição:** As instituições estabelecem limites para o valor que podem emprestar a um único cliente ou a um determinado setor, a fim de evitar concentrações excessivas de risco;
- **Monitoramento contínuo:** As instituições precisam monitorar constantemente a qualidade dos seus créditos e tomar medidas corretivas quando necessário;
- **Formalização:** políticas e procedimentos, claramente documentados; e
- **Governança:** principalmente critérios claros para deliberação de exposição de risco de crédito pela administração.

4.3 Conceituando o Risco de Mercado e do IRRBB

O risco de mercado é a possibilidade de uma instituição financeira sofrer perdas financeiras devido a flutuações adversas nos preços de mercado de instrumentos financeiros. Já o IRRBB, sigla para *Interest Rate Risk in the Banking Book*, refere-se ao risco de mercado

associado às variações nas taxas de juros. Mas o que isso significa na prática? Vamos descobrir!

4.3.1 O Risco de Mercado

Imagine que um banco possui uma grande carteira de títulos de renda fixa. Se as taxas de juros subirem de repente, o valor desses títulos tende a cair. Essa é uma situação de risco de mercado.

4.3.2 Tipos de Risco de Mercado

- **Risco de taxa de juros:** Como vimos no exemplo anterior, é o risco associado às variações nas taxas de juros;
- **Risco de câmbio:** É o risco associado às flutuações das taxas de câmbio; e
- **Risco de preço:** É o risco associado às variações nos preços de outros ativos, como ações, commodities e índices.

4.3.3 Gerenciando o Risco de Mercado

Para gerenciar o risco de mercado, as instituições financeiras utilizam diversas técnicas, como:

- **Limites de exposição:** Estabelecer limites para a exposição a cada tipo de risco;
- **Hedging:** Utilizar instrumentos financeiros para neutralizar os efeitos das variações de mercado;
- **Monitoramento contínuo:** Acompanhar de perto as posições da instituição e as variações dos mercados; e
- **Modelos de mensuração:** Utilizar modelos estatísticos para medir e quantificar o risco de mercado. O Var é uma das métricas mais utilizadas.

O gerenciamento do risco de mercado é efetuado por uma estrutura de mesa de operações.

A carteira de negociação a ser gerida é formada por instrumentos mantidos com a finalidade de negociação, que devem estar livres de impedimento legal para venda e precisam ser avaliados diariamente a valor de mercado. É necessário que os critérios para inclusão na carteira de negociação sejam claros e definidos em políticas internas.

4.3.4 O IRRBB

O IRRBB é um tipo específico de risco de mercado que merece atenção especial. Ele se refere ao risco associado às variações nas taxas de juros sobre a carteira bancária da instituição.

4.3.5 Por que o IRRBB é importante?

As instituições financeiras possuem ativos e passivos com diferentes sensibilidades às variações nas taxas de juros. Uma gestão inadequada do IRRBB pode gerar descasamentos entre ativos e passivos, impactando a rentabilidade da instituição.

4.3.6 Gerenciando o IRRBB

Para gerenciar o IRRBB, as instituições financeiras devem:

- **Analisar a sensibilidade da carteira:** Identificar, mensurar e controlar quais ativos e passivos são mais sensíveis às variações nas taxas de juros;
- **Simular cenários:** Simular diferentes cenários de variação das taxas de juros para avaliar o impacto na rentabilidade da instituição; e
- **Implementar políticas:** Estabelecer políticas para limitar a exposição ao IRRBB e garantir que a carteira seja equilibrada.

O risco de mercado e o IRRBB são desafios constantes para as instituições financeiras. Ao compreender esses conceitos e as ferramentas de gestão disponíveis, as instituições podem tomar decisões mais assertivas e proteger seus resultados.

4.4 Risco Operacional

O risco operacional está relacionado a falhas internas, processos, pessoas e sistemas.

Imaginem um banco que sofre uma grande perda financeira devido a um erro de sistema que causa a transferência indevida de milhões de reais. Esse é um exemplo claro de um evento de risco operacional. Vamos entender melhor esse conceito e como as instituições financeiras devem gerenciá-lo.

O risco operacional é a possibilidade de perdas financeiras resultantes de falhas, erros ou fraudes nos processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Ele abrange uma ampla gama de eventos, desde erros de cálculo até desastres naturais que interrompem as operações.

4.4.1 Tipos de Risco Operacional

Podemos classificar o risco operacional em diferentes categorias:

- **Risco de pessoas:** Erros humanos, fraudes, desonestidade, falta de treinamento;
- **Risco de processos:** Falhas nos processos internos, procedimentos inadequados, falta de controles internos;
- **Risco de sistemas:** Falhas em sistemas de tecnologia da informação, falhas de software, ciberataques; e
- **Risco de eventos externos:** Desastres naturais, crises políticas, pandemias, eventos de força maior."

4.4.2 Gerenciando o Risco Operacional

"Para gerenciar o risco operacional, as instituições financeiras devem implementar um conjunto de medidas, como:

- **Políticas de contratação:** critérios para decisão de terceirização de serviços e seleção de prestadores de serviço;

- **Identificação de riscos:** Mapear e identificar todos os possíveis eventos que podem gerar perdas operacionais;
- **Mensuração:** Quantificar o impacto financeiro potencial de cada evento de risco.
- **Monitoramento:** Acompanhar continuamente os indicadores de risco operacional e identificar desvios;
- **Controles internos:** Implementar controles internos robustos para prevenir e detectar falhas;
- **Plano de contingência:** Desenvolver um plano para lidar com eventos de grande impacto; e
- **Perdas operacionais:** classificação e agregação das perdas operacionais.

É essencial a realização de testes rotineiros e a elaboração de relatórios que indiquem procedimentos para correção das falhas.

4.5 Risco de Liquidez

Imaginem uma situação em que um banco de repente é inundado por saques de seus clientes. Se ele não tiver recursos suficientes para atender a essa demanda, pode enfrentar sérios problemas, até mesmo a falência. Esse é um exemplo clássico de risco de liquidez.

4.5.1 O que é Risco de Liquidez?

O risco de liquidez é a possibilidade de uma instituição financeira não conseguir honrar suas obrigações financeiras à vista ou no curto prazo. Isso pode ocorrer devido a uma saída inesperada de depósitos, dificuldade em obter financiamento no mercado ou a uma concentração excessiva de ativos de difícil liquidez.

4.5.2 Tipos de Risco de Liquidez

Podemos classificar o risco de liquidez em dois tipos principais:

- **Risco de funding:** É a dificuldade em obter fundos para honrar as obrigações de curto prazo; e
- **Risco de mercado:** É a dificuldade em vender ativos rapidamente, sem um impacto significativo no preço, para obter liquidez.

4.5.3 Gerenciando o Risco de Liquidez

Para gerenciar o risco de liquidez, as instituições financeiras devem implementar um conjunto de medidas, como:

- **Políticas, estratégias e processos:** estes devem identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e controlar o risco de liquidez, através da avaliação diária das operações;
- **Gestão de caixa:** Manter níveis adequados de caixa para atender às necessidades de curto prazo;

- **Gestão de ativos e passivos:** Equilibrar a maturidade dos ativos e passivos para evitar descasamentos, mantendo um estoque de ativos líquidos que possa ser prontamente convertido em caixa;
- **Limites de liquidez:** Estabelecer limites para a exposição a ativos de baixa liquidez e para a concentração de depósitos de curto prazo; e
- **Planos de contingência:** Desenvolver planos para lidar com situações de crise de liquidez.

4.6 Risco Social, Ambiental e Climático

Antes de entrarmos nos detalhes da resolução, vamos entender o que cada um desses riscos significa:

- **Risco social:** São os eventos que podem causar prejuízos à instituição devido à violação de direitos humanos, discriminação, trabalho escravo, exploração infantil, entre outros.
- **Risco ambiental:** Engloba os eventos relacionados à degradação ambiental, como poluição, desmatamento e desastres naturais.
- **Risco climático:** Abrange tanto os riscos de transição (mudanças nas políticas climáticas, novas tecnologias) quanto os riscos físicos (eventos climáticos extremos, como secas e inundações).

4.6.1 Por que esses riscos são importantes?

- **Reputação:** Empresas envolvidas em práticas socialmente ou ambientalmente irresponsáveis podem sofrer boicotes, perda de clientes e danos à sua imagem;
- **Regulamentação:** Cada vez mais, as empresas estão sujeitas a regulamentações mais rigorosas em relação a questões sociais e ambientais;
- **Sustentabilidade:** A gestão desses riscos é fundamental para garantir a sustentabilidade das empresas a longo prazo; e
- **Financeiro:** Eventos relacionados a esses riscos podem gerar perdas financeiras significativas.

4.6.2 O que a Resolução CMN 4557 diz sobre esses riscos?

A Resolução CMN 4557, que trata da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras, dedica uma seção inteira para os riscos sociais, ambientais e climáticos. Essa seção estabelece diversos requisitos para que as instituições possam identificar, avaliar, monitorar e mitigar esses riscos.

4.6.3 Principais pontos:

- **Definições:** A resolução apresenta definições precisas para cada tipo de risco, com exemplos práticos;

- **Identificação e monitoramento:** As instituições devem implementar mecanismos para identificar e monitorar os riscos sociais, ambientais e climáticos em suas operações e nas de suas contrapartes;
- **Avaliação e mensuração:** É necessário avaliar e medir esses riscos de forma consistente e transparente;
- **Registro de dados:** As instituições devem manter registros detalhados sobre os eventos de risco e suas consequências;
- **Gestão integrada:** Os riscos sociais, ambientais e climáticos devem ser integrados ao gerenciamento de riscos geral da instituição; e
- **Divulgação:** As instituições devem divulgar informações relevantes sobre seus riscos sociais, ambientais e climáticos.

4.6.4 Como as instituições podem gerenciar esses riscos?

Existem diversas práticas que as instituições podem adotar para gerenciar esses riscos, como:

- **Due diligence:** Análise detalhada das contrapartes para identificar possíveis riscos sociais e ambientais.
- **ESG:** Incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança nas decisões de investimento.
- **Cenários climáticos:** Análise de diferentes cenários climáticos para avaliar os impactos nos negócios.
- **Metas de sustentabilidade:** Definição de metas claras e ambiciosas em relação à sustentabilidade.
- **Relatórios de sustentabilidade:** Divulgação transparente das informações sobre os riscos sociais, ambientais e climáticos.

4.7 Conclusão

A Seção VIII da Resolução CMN 4557 demonstra a crescente importância da gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos para as instituições financeiras. Ao adotar práticas sólidas de gestão desses riscos, as instituições não apenas contribuem para um futuro mais sustentável, mas também fortalecem sua reputação e resiliência.

Módulo 5: Gerenciamento e Governança de Capital

5.1 Por que o capital é importante?

O capital é como um colchão de segurança para as instituições financeiras. Ele serve como uma proteção contra perdas inesperadas, como as decorrentes de crises econômicas ou de eventos de crédito. Quanto maior o capital de uma instituição, maior sua capacidade de absorver esses choques e continuar operando de forma saudável.

5.2 O que é a estrutura de gerenciamento de capital?

A estrutura de gerenciamento de capital é um conjunto de políticas, procedimentos e controles internos que as instituições financeiras devem implementar para garantir que seu nível de capital seja adequado aos riscos que assumem. Essa estrutura visa:

- Mensurar o capital: Calcular o montante de capital próprio que a instituição possui;
- Avaliar os riscos: Identificar e avaliar os riscos aos quais a instituição está exposta, como o risco de crédito, de mercado e operacional;
- Estabelecer requisitos de capital: Definir os níveis mínimos de capital que a instituição deve manter para cada tipo de risco; e
- Monitorar o capital: Acompanhar continuamente o nível de capital da instituição e sua adequação aos requisitos estabelecidos.

5.3 Governança corporativa e gestão de riscos

A Resolução CMN 4557 estabelece um conjunto de normas detalhadas para a estrutura de gerenciamento de capital das instituições financeiras. Alguns dos principais pontos abordados na resolução são:

- Definição de capital: A resolução define os tipos de capital que podem ser utilizados para atender aos requisitos de capital, como o capital de alta qualidade e o capital complementar.
- Cálculo dos requisitos de capital: A resolução estabelece os métodos para calcular os requisitos de capital para cada tipo de risco.
- Monitoramento e reporte: As instituições devem monitorar continuamente seu nível de capital e reportar os resultados ao Banco Central.
- Plano de contingência: As instituições devem ter um plano de contingência para o caso de o nível de capital cair abaixo dos requisitos mínimos.
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital: devem ser claramente documentadas, que estabeleçam procedimentos destinados a manter o capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos e com o requerimento mínimo regulamentar;
- Sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital;
- Avaliação dos impactos no capital dos resultados do programa de testes de estresse;
- Avaliação da adequação do capital;
- Relatórios gerenciais tempestivos para a diretoria da instituição, o comitê de riscos e o conselho de administração, quando existentes;
- Nomeação de um CRO - diretor de gerenciamento de riscos, responsável por supervisionar a implementação da norma e adequação dos níveis da RAS, entre outras obrigações; e
- Criação de comitê de riscos com atribuição de propor anualmente recomendações, avaliar os níveis de apetite de riscos da RAS, supervisionar o CRO e avaliar a aderência da estrutura de gerenciamento de riscos.

5.4 Planejamento de Capital

O planejamento de capital envolve um processo sistemático de:

- **Projeção de cenários:** As instituições devem projetar diferentes cenários econômicos, incluindo cenários adversos, para avaliar o impacto potencial nas suas operações e no nível de capital.
- **Cálculo dos requisitos de capital:** Com base nos cenários projetados, as instituições devem calcular os requisitos de capital para cada tipo de risco (crédito, mercado, operacional, etc.).
- **Definição de políticas de capital:** As instituições devem estabelecer políticas claras para a gestão de capital, incluindo os níveis mínimos de capital a serem mantidos e os procedimentos para a alocação de capital.
- **Monitoramento contínuo:** O nível de capital e os riscos devem ser monitorados continuamente para garantir que a instituição esteja sempre em conformidade com os requisitos regulatórios.

5.5 Alocação de Recursos

A alocação de recursos está diretamente ligada ao planejamento de capital. Uma vez que os requisitos de capital são definidos, a instituição deve alocar seus recursos de forma eficiente para atender a esses requisitos e maximizar o retorno sobre o capital. A alocação de recursos envolve decisões sobre:

- **Tipos de ativos:** Quais ativos a instituição deve adquirir para gerar retorno e atender aos requisitos de liquidez.
- **Perfil de risco:** Qual o nível de risco que a instituição está disposta a assumir em cada tipo de ativo.
- **Diversificação:** Como diversificar a carteira de investimentos para reduzir o risco.

5.6 Benefícios de uma boa gestão de capital:

- **Maior solidez:** Uma instituição com um nível de capital adequado é mais resistente a crises e choques externos;
- **Menor risco sistêmico:** Uma gestão de capital eficaz contribui para a estabilidade do sistema financeiro como um todo;
- **Maior confiança dos investidores:** Investidores tendem a preferir instituições com uma sólida estrutura de capital; e
- **Melhora da reputação:** Uma gestão de capital transparente e eficiente reforça a reputação da instituição.

5.7 Conclusão

A estrutura de gerenciamento de capital é um pilar fundamental para a segurança e a solidez das instituições financeiras. A Resolução CMN 4557 fornece um marco regulatório importante

para garantir que as instituições mantenham níveis adequados de capital e estejam preparadas para enfrentar os desafios do mercado.

Módulo 6: Segmento S5

Vamos nos aprofundar em um tema específico da Resolução CMN 4557: a estrutura de gerenciamento de riscos para as instituições enquadradas no Segmento 5 (S5). Essas instituições, geralmente menores e com menor complexidade operacional, possuem requisitos de gerenciamento de riscos adaptados às suas características.

6.1 O que é o Segmento 5 (S5)?

O Segmento 5 é uma classificação utilizada pelo Banco Central do Brasil para categorizar as instituições financeiras de menor porte e com menor complexidade operacional. Essas instituições, por suas características, possuem requisitos regulatórios simplificados em relação às demais instituições.

6.2 Características das Instituições S5

As instituições enquadradas no Segmento 5 geralmente apresentam as seguintes características:

- **Porte menor:** Ativo total inferior a um determinado limite estabelecido pelo Banco Central;
- **Operações mais simples:** Oferecem um número limitado de produtos e serviços financeiros; e
- **Riscos menores:** Estão expostas a um menor número de riscos e com menor intensidade.

6.3 Requisitos Específicos para o Gerenciamento de Riscos em Instituições S5

O capítulo da resolução 4557 que tratava do gerenciamento de riscos das instituições S5 foi revogado, a partir de 1º/1/2023, pela Resolução CMN nº 5.049, de 25/11/2022. Atualmente a resolução do Banco Central do Brasil nº 4606 dispõe sobre a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), os requisitos para opção por essa metodologia e os requisitos adicionais para a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos.

A instituição optante pela metodologia simplificada de que trata esta Resolução deve implementar estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos que seja:

I - compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição;

II - proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição; e

III - adequada ao perfil de riscos da instituição.

Esta estrutura deve simplificada de gerenciamento contínuo de riscos deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar:

- **o risco operacional;**
- **o risco de liquidez;**
- **o risco de crédito; e**
- **o risco social, ambiental e climático.**

A estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos deve prever:

- documentação das políticas, estratégias, rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos;
- reporte, para a administração da instituição;
- manutenção de perfil de captação de recursos adequado às necessidades de liquidez esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de exposições não contabilizadas no balanço patrimonial da instituição;
- manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser prontamente convertidos em caixa para honrar as obrigações;
- plano para enfrentar situações de escassez de ativos líquidos, indicando as responsabilidades, as estratégias, os procedimentos e as fontes alternativas de recursos que assegurem a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser prontamente convertidos em caixa sem perda relevante de valor;
- identificação prévia dos riscos inerentes a modificações relevantes em produtos e serviços existentes, bem como a novos produtos e serviços;
- documentação das atribuições do pessoal da instituição relativas ao gerenciamento de riscos; e
- elaboração de relatórios gerenciais periódicos versando sobre o desempenho da estrutura simplificada de gerenciamento de riscos.

6.4 Conclusão

A Resolução BCB 4606 reconhece a diversidade das instituições financeiras e estabelece requisitos de gerenciamento de riscos adaptados às características das instituições S5, que por sua natureza mais simples, possuem requisitos simplificados, o que permite que elas foquem seus esforços nos riscos mais relevantes para seus negócios. No entanto, é importante ressaltar que mesmo as instituições S5 devem manter uma gestão de riscos eficaz para garantir sua solidez e sustentabilidade.